

## DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O SEMESTRE E EXERCÍCIOS FINDOS EM 31/12/2021 E 2020 (Em milhares de reais, exceto prejuízo por ação, por lote de mil ações)

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

**Mensagem da Administração**  
Atendendo às disposições legais e estatutárias, a LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. ("Instituição") submete à apreciação dos acionistas o Balanço Patrimonial de 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020 e as respectivas Demonstrações Financeiras, do Resultado Abreangente, das Mutações do Patrimônio Líquido e das Demonstrações dos Fluxos de Caixa correspondentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2021 e 31 de dezembro de 2020. Lider mundial em Carro-com-Serviço (Car-as-a-Service), a LeasePlan é uma empresa de origem holandesa que gerencia uma frota de aproximadamente 1,9 milhão de veículos nos mais de 30 países onde atua. Com quase 60 anos de experiência mundial e mais de 20 anos no Brasil, temos muito orgulho em apresentar os nossos resultados gerados no exercício de 2021. Em 2021 a LeasePlan demonstrou sólidos resultados apresentando crescimento da receita e aumento no lucro líquido, mesmo com um ano atípico em virtude da pandemia e cenário adverso na cadeia de suprimentos global afetando a entrega de veículos novos. Isso demonstra robustez da Instituição e sua estratégia com uma visão de longo prazo que busca a excelência e atende às necessidades dos clientes por serviços diferenciados, engajando as pessoas, promovendo uma cultura customer centric e visando a operação operacional por meio da digitalização total de seus serviços. O resultado do ano trazou-se pelo lucro líquido do exercício de R\$ 46.556 (2020 R\$ 29.271) e um aumento em nossas receitas de operações de arrendamento totalizando R\$ 325.358 (2020 R\$ 273.934). O mercado automotivo ainda arrasta os efeitos das paralisações de produção de veículos causadas pela pandemia e pelo desequilíbrio da cadeia de suprimentos global e a escassez de semicondutores impactando assim a entrega de novos veículos no exercício de 2021, assim como seus preços. Diante desse cenário seguimos fortes focados no relacionamento com os clientes, priorizando seus interesses e necessidades e no processo de renovação ou terceirização de frota. Nossa melhoria na arquitetura tecnológica, anunciada pelo "Next Generation Digital Architecture", vem apresentando resultados consistentes e promissores com aumento da utilização dos canais digitais, aprimoramento das camadas de atendimento junto aos clientes e disponibilização de soluções integradas entre si trazando escalabilidade e agilidade nos nossos processos. Temos mais de 15mil serviços sendo atendidos pela LizY, nossa assistente virtual corporativa, que auxilia nossos condutores e gestores de frota no agendamento de manuten-

ção de seus veículos e endereça todos nossos processos de encomendas e entregas de veículo zero e serviço de gestão de frotas. Isso solidifica nossa agilidade nos serviços prestados e por consequência no aumento do índice de satisfação de clientes (NPS- Net Promoter Score). Em nossa cadeia de operações todas as conexões e demandas efetuadas são assistidas virtualmente e integradas com o nosso Portal do Fornecedor, sistema que comunica de maneira eficiente com as concessionárias e oficinas parceiras da LeasePlan para realização do agendamento, aprovação e pagamento das manutenções dos veículos, e integra com nosso sistema de gerenciamento de frota MyFleet que fornece informação online aos gestores de frota. A integração dessas ferramentas garante um processo robusto de ponta a ponta e assegura um serviço de qualidade. Aos acionistas é assegurado um dividendo mínimo obrigatório, correspondente a 1% do lucro de cada exercício. Em 31 de dezembro de 2021 a Administração aprovou a distribuição de R\$ 466 de dividendos sobre o lucro líquido (em 2020 R\$ 293) e o restante foi registrado em Reserva Estatutária em 2021 de R\$ 43.763 (em 2020 R\$ 27.513). Junto a estes processos seguimos um rigoroso padrão ético e regulatório, com elevados padrões de gerenciamento de Riscos. Para tanto, visando garantir solidez e disponibilidade de capital para suportar o desenvolvimento dos nossos negócios, os níveis de capital regulatório foram mantidos acima do requerido pelo Banco Central do Brasil e em dezembro de 2021 nosso índice de Basileia encorrou em 21% (em 2020, 21%). Promovemos todos os cuidados necessários aos nossos colaboradores, seja na atuação do trabalho remoto, quanto no trabalho presencial, reforçando nossos investimentos em tecnologia para garantir o distanciamento social, a saúde e bem-estar de todos pois sem o seu suporte, não alcançariamos os resultados do ano e a concretização dos nossos planos ambiciosos. Destacamos que em 06 de janeiro de 2021 foi assinado, pelo Grupo LeasePlan, um Memorando de Entendimentos (Memorandum of Understanding - MOU) com a ALL e Societá Générale com o objetivo de criar um grupo líder global em mobilidade. Entendemos que esta combinação de negócios resultará no que há de melhor das duas empresas com aprimoramento de entrega de serviços e soluções aos nossos clientes e parceiros e juntando os melhores talentos de ambos os negócios, impulsionando o crescimento, poder de compra, escalabilidade e eficiência operacional necessárias para a competição futura no mercado de mobilidade. Agradecemos a confiança dos nossos acionistas, parceiros de negócios, colaboradores e principalmente aos nossos clientes pela parceria.

### Destques do Período:



### BALANÇOS PATRIMONIAIS

ATIVO	Nota	Dez/2021	Dez/2020
<b>Disponibilidades</b>	4	17.539	6.381
<b>Operações de arrendamento mercantil</b>		<b>741.539</b>	<b>623.455</b>
Arrendamentos operacionais a receber - setor privado	5(a)	211.713	192.659
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	5(a)	(183.322)	(170.307)
Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5(a)	(763)	(166)
<b>Imobilizado de arrendamento mercantil</b>	7	<b>713.911</b>	<b>600.949</b>
Bens arrendados		845.010	717.261
Depreciações acumuladas		(131.099)	(116.312)
<b>Outros ativos financeiros</b>		<b>39.153</b>	<b>6.275</b>
Outros créditos	6(a)	39.611	6.290
Provisão para perdas associadas ao risco de crédito em Outros Créditos	6(b)/6(a)	(458)	(15)
<b>Outros ativos</b>	6(h)	<b>18.591</b>	<b>14.992</b>
Bens não de uso próprio	6(c)	99.388	66.859
Despesas antecipadas		23.323	22.241
<b>Imobilizado de uso</b>		<b>3.063</b>	<b>1.093</b>
Outras imobilizações de uso		4.336	2.703
Depreciações acumuladas		(1.332)	(1.616)
<b>Intangível</b>		<b>1.604</b>	<b>1.103</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>921.161</b>	<b>722.838</b>

### NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

**1 Contexto Operacional:** A LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição) faz parte de uma empresa de gerenciamento de frotas de origem holandesa com mais de 50 anos de experiência no setor e presente em mais de 30 países. A Instituição é uma subsidiária da LeasePlan Corporation N.V., com sede na Holanda, e da Lease Plan Brasil Ltda. com sede na Alameda Rio Negro, 500 Barueri-SP. A Instituição foi constituída em 5 de julho de 2001 e autorizada a iniciar pelo Banco Central do Brasil em 5 de outubro de 2001. Iniciou suas operações de Arrendamento Mercantil no primeiro semestre de 2002. A principal atividade da empresa é a gestão de frotas multicarretas para empresas através da modalidade "Leasing Operacional". A gestão engloba a compra dos veículos, o Leasing operacional, os serviços de manutenção e reparos prestados através da rede de fornecedores selecionados pela LeasePlan, a administração dos custos inerentes aos veículos, orientação e suporte na política de frotas, relativos e atendimento aos gestores de frota e condutores além da venda do veículo objeto de arrendamento. A empresa busca consolidar sua presença no mercado brasileiro, oferecendo produtos inovadores e serviços de alta qualidade para satisfazer as necessidades de seus clientes, facilitando assim o gerenciamento de suas frotas.

**2 Apresentação e elaboração das Demonstrações Financeiras:** As Demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, incluindo as alterações introduzidas pelas Leis nº 11.638/07 e 11.941/09, em consonância com os normativos do Conselho Monetário Nacional (CMN) e do Banco Central do Brasil (BACEN). Foram adotados para fins de divulgação os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) relacionados ao processo de convergência contábil internacional, os quais são aplicáveis às sociedades de arrendamento mercantil com aprovação pelo BACEN. **Mudanças na apresentação das demonstrações financeiras:** Com base na Resolução CMN nº 4.818 e na Resolução BCB nº02, que revogaram, respectivamente a Resolução CMN nº 4.720/19 e a Circular BACEN nº 3.959/19 realizamos as mudanças na apresentação das Demonstrações Financeiras atendendo aos requerimentos das respectivas normas, onde destacamos as principais mudanças: Balanço Patrimonial: • Apresentação dos ativos e passivos exclusivamente por ordem de liquidez e exigibilidade. A abertura de segregação de curto e longo prazo está sendo divulgada nas respectivas notas explicativas; • Adoção de nova nomenclatura e agrupamento de itens patrimoniais, tais como: ativos financeiros, provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, passivos financeiros, ativos e passivos fiscais. Demonstração do Resultado: • Abertura de despesas de provisões segregadas pelas classes mais relevantes alocadas no "Resultado de provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito" passando a ser apresentado logo após "Resultado bruto da intermediação financeira"; • Eliminação da nomenclatura de "Resultado não operacional", bem como receitas e despesas não operacionais. Itens com essas características passaram a ser denominados "Outras receitas" ou "Outras despesas"; • Apresentação da provisão para contingências em linha específica em: "Reversões/(Despesas) de provisões para contingências"; e • Resultado recorrente e não recorrente de forma segregada. A administração da Instituição declara que as divulgações realizadas apresentam todas as informações relevantes, utilizadas para gestão e que as práticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente nos períodos apresentados. As Demonstrações Financeiras da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. foram aprovadas pela Diretoria em 23 de março de 2022. **3 Descrição das Principais Práticas Contábeis - a. Moeda funcional e de apresentação:** As informações financeiras estão apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Instituição. **b. Caixa e Equivalentes de Caixa:** Para fins de demonstrações dos fluxos de caixa, estão incluídos caixa e contas correntes em bancos (considerados na rubrica Disponibilidades) com prazo original igual ou inferior a noventa dias com risco insignificante de mudança de valor. Estes recursos são utilizados pela Instituição para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo. **c. Operações de arrendamento mercantil:** A carteira de arrendamento mercantil operacional é constituída por contratos celebrados ao amparo da Portaria nº 140/84, do Ministério da Fazenda e da Resolução nº 2.309/96 e 4.696/18 divulgadas pelo Banco Central do Brasil (BACEN) e contabilizadas de acordo com as normas estabelecidas pelo BACEN, conforme descrito a seguir: **(i) Arrendamentos operacionais a receber:** Refletem o valor presente das contraprestações a receber, atualizadas pelo custo de desconto e provisões contratuais. **(ii) Rendas a apropriar de arrendamento mercantil operacional:** Representam a contrapartida do valor das contraprestações a receber de juros e depreciação em dezembro sendo apropriadas ao resultado quando da emissão das parcelas contratuais. **(iii) Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional:** Resultado pelo custo de aquisição, deduzidas as respectivas depreciações acumuladas. A depreciação é calculada pelo prazo dos contratos de arrendamento mercantil operacional e baseada na estimativa do valor de mercado dos respectivos bens ao final do contrato. **d. Provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito:** Constituída com base na análise dos riscos de realização das contraprestações, em montante considerado suficiente pela Administração para cobertura de eventuais perdas e atendendo as normas estabelecidas pela Resolução nº 2.682/90 do Conselho Monetário Nacional (CMN) que requer a análise periódica da carteira e sua classificação em nove níveis, sendo AA (risco mínimo) e H (100% provisionado). A atualização (accrual) das operações vendidas até o 59º dia é contabilizada em receitas e a partir do 60º dia, em rendas a apropriar, sendo que o reconhecimento em receitas após o 60º dia só ocorrerá quando do seu efetivo recebimento. Operações classificadas como nível "H" permanecerão por até seis meses, após isso o saldo é baixado contra a provisão existente e controlada em contas de compensação por, no mínimo, cinco anos e para as operações negociadas mantemos o registro no mesmo nível que estava classificada na data de sua renegociação. As operações de arrendamento mercantil operacional são classificadas de acordo com o julgamento da Administração quanto ao nível de risco, levando em consideração a conjuntura econômica, a experiência passada e os riscos específicos em relação à operação, aos clientes e seus setores de atividades, não se limitando à ocorrência de inadimplência. **e. Imobilizado de uso:** O imobilizado de uso corresponde de aos direitos e bens corpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição. Até dezembro de 2016, foram demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da depreciação ou amortização acumulada; e a depreciação e amortização foram calculadas pelo método linear com base na vida útil econômica dos ativos: 60 meses para móveis, utensílios e instalações; e 48 meses para equipamentos de informática e telecomunicação. A partir de janeiro de 2017, atendendo à Resolução nº 4.535, de 24 de novembro de 2016, os novos imobilizados são reconhecidos pelo valor de custo, que compreende o preço de aquisição ou construção à vista, acrescido de eventuais impostos de importação e impostos não recuperáveis sobre a compra, demais custos diretamente atribuíveis necessários para colocar o ativo no local e condição para o seu funcionamento, e estimativa inicial dos custos de desmontagem e remoção do ativo e de restauração do local e do ativo. **f. Provisão para contingências:** A Administração mantém o registro de provisão dividida pela vida útil do ativo, calculada de forma linear, a partir do momento em que o bem estiver disponível para o uso, e reconhecida mensalmente em contrapartida à conta específica de despesa operacional. Considera-se vida útil, o período durante o qual a Instituição espera utilizar o ativo. Os bens adquiridos para constituir contratos de arrendamento mercantil operacional são reconhecidos no balanço sobre a rubrica imobilizado de arrendamento mercantil operacional. **f. Intangível:** O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção das atividades operacionais da Instituição, de acordo com a Resolução nº 3.642/08, do Conselho Monetário Nacional (CMN). São demonstrados pelo custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada. A amortização é calculada pelo método linear pelo período de vida útil econômica de 36 meses. **g. Avaliação do valor recuperável dos ativos (Impairment):** Os bens do imobilizado de uso e de arrendamento mercantil operacional, são submetidos anualmente ao teste de valor recuperável de ativos. Quando houver perda, decorrente das situações em que o valor recuperável do ativo for menor que o valor em uso de acordo com o CPC 01, o ativo será reduzido ao seu valor recuperável por meio de uma perda estimada, reconhecida no resultado do período sobre a rubrica **Ativos não financeiros mantidos** e trabalhadas em demonstrações financeiras envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores divergentes dos reconhecidos nas presentes demonstrações, devido à imprécisões inerentes ao processo de sua determinação. **m. Mensuração efeitos da Covid-19:** A Instituição Financeira vem acompanhando os impactos da Covid-19 em relação ao cenário macroeconômico, as movimentações dos reguladores, alterações em taxas de mercado, flexibilizações de crédito em nossas operações e o monitoramento das posições dos níveis de capital e liquidez, do comportamento do risco de crédito dos ativos, dos riscos de mercado e da evolução das captações. Uma série de medidas foram tomadas pela Administração para proteção e suporte a seus colaboradores, clientes, fornecedores e da gestão de continuidade dos negócios, que inclui o uso do trabalho remoto e a utilização de nossos canais digitais. Adicionalmente ressaltamos que no exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Instituição não teve renegociação e cancelamento de suas operações que trouxeram impactos significativos nos fluxos de recebimentos correntes e futuros.

**4 Caixa e equivalente de caixa Disponibilidades**

	31/12/2021	31/12/2020
	17.823	9.381

### DIRETORIA

Fabio Costa - CEO Gustavo Alves Jordão - CFO

PASSIVO	Nota	Dez/2021	Dez/2020
<b>Passivos financeiros</b>		<b>501.730</b>	<b>399.414</b>
Empréstimos no país		71.730	399.414
<b>Passivos fiscais</b>	10.(c)	<b>53.613</b>	<b>31.884</b>
<b>Outros passivos financeiros</b>	6.(d)	<b>137.008</b>	<b>108.903</b>
<b>Provisões para contingências</b>	9.(b)	<b>4.092</b>	<b>4.011</b>
<b>Patrimônio líquido</b>		<b>224.717</b>	<b>178.627</b>
<b>Capital Social</b>		<b>91.561</b>	<b>91.561</b>
Reserva Legal	11	7.721	7.721
Reserva Estatutária	11	91.489	91.489
Reserva de Apropriação		7.003	4.677
<b>TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>921.161</b>	<b>722.838</b>

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABREANGENTE	2º semestre	Dez/2021	Dez/2020
<b>Lucro líquido do semestre</b>	<b>24.727</b>	<b>46.556</b>	<b>29.271</b>
<b>Outros resultados abrangentes</b>			
Itens que serão reclassificados para o resultado de períodos subsequentes			
Itens que não serão reclassificados para o resultado de períodos subsequentes			
<b>Resultado abrangente total do semestre</b>	<b>24.727</b>	<b>46.556</b>	<b>29.271</b>

Os saldos apresentados tratam-se de posições em conta corrente com liquidez imediata, portanto classificadas no curto prazo.

**5 Operações de Arrendamento Mercantil Operacional - a) Composição da carteira e provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito para contraprestações de arrendamento mercantil operacional**

	31/12/2021	31/12/2020
Rendimentos operacionais a receber	211.713	192.659
Rendas a apropriar de arrendamento mercantil	(183.322)	(170.307)
<b>(=) Total futuro</b>	<b>28.391</b>	<b>22.352</b>
<b>Valor presente - Arrendamentos operacionais</b>	<b>187.988</b>	<b>180.793</b>
Arrendamentos operacionais a receber - Curto Prazo	128.676	124.520
Arrendamentos operacionais a receber - Longo Prazo	83.037	68.139
<b>(=) Total</b>	<b>211.713</b>	<b>192.659</b>

Nível de risco	% Provisão requerida	31/12/2021	31/12/2020	31/12/2021	31/12/2020
AA	0%	135.854	156.501	-	-
A	0,5%	28.219	17.430	(141)	(87)
B	1%	5.004	6.375	(50)	(64)
C	3%	18.651	487	(566)	(15)
Total	10%	187.988	180.793	(763)	(166)

**Movimentação da provisão para perdas esperadas associadas ao risco de crédito**

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo do período (Constituição)/ Reversão de provisão	(166)	(82)
Reversão de provisão	(597)	(64)
Reversão de provisão	(763)	(166)

(i) Composição da carteira de arrendamento mercantil operacional por setor de atividade

Setor Privado	31/12/2021	%	31/12/2020	%
<b>Setor Jurídico</b>				
Indústria	23.623	83%	18.758	84%
Mineração	951	3%	2.867	13%
Tecnologia	594	2%	277	1%
Outras Indústrias	2.649	9%	2.746	12%
Engenharia	3.867	14%	2.963	13%
Automotiva	101	0%	47	0%
Alimentação	3.688	13%	2.789	12%
Elétrica	652	2%	463	2%
Química	11.120	39%	6.603	30%
Serviços e outros	3.038	11%	2.239	10%
Gaseiro	17.293	6%	1.355	6%
<b>Total</b>	<b>28.391</b>	<b>100%</b>	<b>22.352</b>	<b>100%</b>

**b) Receitas e despesas de arrendamento operacional**

	2º semestre	31/12/2021	31/12/2020
Rendas de arrendamento mercantil	136.107	266.578	255.589
Receitas na finalização de contratos de arrendamento(1)	31.336	52.210	12.461
Receitas de prestação de serviços	3.319	6.570	5.884
<b>Total das Receitas de Arrendamento Mercantil</b>	<b>170.762</b>	<b>325.358</b>	<b>273.934</b>
Depreciação	(37.119)	(71.457)	(66.924)
Manutenção	(17.353)	(34.659)	(35.424)
IPVA e despachantes	(16.193)	(31.550)	(27.260)
Seguros(2)	(11.896)	(23.389)	(21.453)
Despesas com veículos substituição	(1.174)	(2.343)	(2.303)
Outras despesas de arrendamento mercantil(3)	(161)	(1.147)	(1.239)
Operações de arrendamento mercantil	(16.817)	(28.621)	(31.839)
<b>Total das Despesas de Arrendamento Mercantil</b>	<b>(100.713)</b>	<b>(192.766)</b>	<b>(187.794)</b>
<b>Resultado de intermediação financeira</b>	<b>70.049</b>	<b>132.592</b>	<b>86.140</b>

(i) Referem-se as receitas apuradas na venda dos bens arrendados e receitas de multas em decorrência ao descumprimento de contratos de Arrendamento Operacional. (ii) As despesas de seguros referem-se aos prêmios pagos às seguradoras relativas a seguros de danos próprios, terceiros e assistência 24 horas. (c) Referem-se, majoritariamente a provisão sobre as receitas apuradas na venda dos bens arrendados que, por acordos contratuais, serão parcialmente compartilhadas com os arrendatários, custos com assistência 24 horas e custos de vistoria veicular. (d) **Operações renegociadas, recuperadas e baixadas para prejuízo:** No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 não tivemos nenhum evento relacionado a: (i) operação baixada para prejuízo; (ii) operação renegociada; e (iii) operação recuperada. **d) Concentração do risco de crédito**

	31/12/2021	31/12/2020
Dez maiores devedores	47.204	91.780
Demais devedores	140.784	89.013
<b>Total</b>	<b>187.988</b>	<b>180.793</b>

**6 Detalhamento de Contas - a) Outros créditos - Curto Prazo**

	31/12/2021	31/12/2020
Serviços a Receber(1)	7.146	2.536
Repasse de Despesas(2)	4.637	2.143
Adiantamentos a fornecedores(3)	26.888	93
Depósitos Judiciais	-	542
Outros(4)	940	976
<b>Total</b>	<b>39.611</b>	<b>6.290</b>

**Provisão para perdas esperadas associadas ao risco em Outros Créditos**

	(458)	(15)
<b>Total de Outros Créditos Diversos</b>	<b>39.153</b>	<b>6.275</b>

(i) Referem-se aos repasses de serviços prestados em conjunto com as operações de Arrendamento Mercantil Operacional já faturados aos clientes; (ii) Referem-se às despesas com veículos arrendados a serem reembolsadas pelos clientes conforme previsto em contrato; (c) Trata-se de pagamento antecipado para as montadoras para a aquisição de veículos. (d) Trata-se de valores a receber das Companhias do Grupo (LeasePlan Global Procurement); (e) Composto pelas perdas esperadas associadas ao risco de outros créditos sobre valores de Serviços a Receber e Repasses de Despesas para cobertura de eventuais perdas na realização. **b) Movimentação da Provisão para perdas esperadas associadas ao risco em outros créditos**

	31/12/2021	31/12/2020
Saldo inicial do período	(15)	(34)
Constituição/ Reversão de provisão	(443)	(15)
<b>Saldo final do período</b>	<b>(458)</b>	<b>(15)</b>
<b>Outros ativos</b>	<b>31/12/2021</b>	<b>31/12/2020</b>
Veículos pendentes de entrega(1)	63.894	29.746
Veículos disponíveis para venda(2)	12.171	14.672
<b>Bens não de uso próprio</b>	<b>76.065</b>	<b>44.618</b>
Despesas antecipadas(3)	23.323	22.241
<b>Total de Outros valores e bens</b>	<b>99.388</b>	<b>66.859</b>

(i) Referem-se aos veículos adquiridos para fins de arrendamento mercantil operacional e que ainda não foram entregues aos seus arrendatários. (ii) Composto por veículos em processo de venda oriundos do retorno do Imobilizado de Arrendamento Mercantil Operacional. (c) Correspondem, majoritariamente, aos valores pagos antecipadamente de seguros e imposto sobre propriedade de veículos automotores (IPVA) de veículos arrendados, os quais são apropriados ao resultado proporcionalmente ao período a incorrer destas despesas. **d) Outros passivos financeiros**

	31/12/2021	31/12/2020
Provisão para despesas com frota de arrendamento(1)	83.735	75.711
Outras contas a pagar - fornecedores(2)	51.263	30.732
Despesa pessoal	1.544	1.522
Dividendos a pagar	466	93
<b>Total</b>	<b>137.008</b>	<b>108.903</b>
(i) Correspondem às provisões para futuros desembolsos com manutenção, pneus, seguros		

**RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**

Aos Acionistas e aos Administradores da **LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A.**  
Barueri - SP

**Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. (Instituição), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. : Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da LeasePlan Arrendamento Mercantil S.A. em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - Bacen. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Instituição, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que**

**acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Instituição é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Instituição continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Instituição ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para

evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia

dos controles internos da Instituição. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração - Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Instituição. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Instituição a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis da administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 23 de março de 2022



**KPMG Auditores Independentes Ltda.**  
CRC 2SP014428/O-6

**Mark Suda Yamashita**  
Contador CRC SP - 1SP271754/O-9